



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO



Handwritten signature in blue ink.

MENSAGEM/327

Rio Grande, 12 de dezembro de 2000.

Handwritten note on the left margin: 'Leak em 13/12/2000'.
Senhor Presidente,

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa, para apreciação e aprovação, o Projeto de Lei n° 055, que, **AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, 10 (DEZ) MÉDICOS PLANTONISTAS, PARA ATENDIMENTO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NO POSTO DE SAÚDE DR. NEWTON AZEVEDO, NO BALNEÁRIO CASSINO.**

Sem mais para o momento, colhemos o ensejo para renovar a V.Exa. e Nobres Pares, nossos protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Handwritten signature '314' above the name.
DELAMAR CORRÊA MIRAPALHETA
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Ver. Danúbio Soares
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

11/902

PROJETO DE LEI Nº 055, de 12 de dezembro de 2000.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, 10 (DEZ) MÉDICOS PLANTONISTAS, PARA ATENDIMENTO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NO POSTO DE SAÚDE DR. NEWTON AZEVEDO, NO BALNEÁRIO CASSINO.

Artigo 1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar 10 (dez) médicos palntonistas, para o atendimento das necessidades temporais e de excepcional interesse público, para exercerem suas atividades no Posto Médico Dr. Newton Azevedo, no Balneário Cassino.

Artigo 2º – Os contratos serão por tempo determinado de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua assinatura, dispensado o concurso público na forma da Constituição Federal, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Artigo 3º – As contratações e rescisões serão executadas pela Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 4º – Caso, no decorrer do período houver rescisão contratual, fica o Executivo Municipal autorizado a nova contratação, pelo remanescente do tempo antes fixado.

Artigo 5º – As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 6º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 12 de dezembro de 2000.

DELAMAR CORRÊA MIRAPALHETA
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº

Autor:

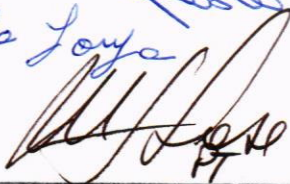
Emenda:

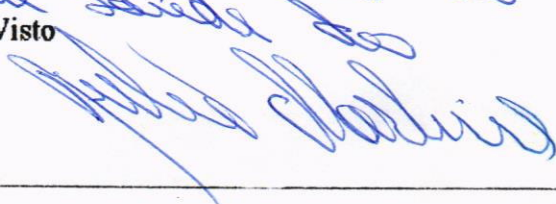
72.179
Substitutivo
da nova redação ao art. 1.º do projeto nº
055 de 19/12/2000, que passa a ser
a seguinte:
"Art. 1.º - Fica o Executivo Administrativo ^{autorizado} a contratar
do (dos) médicos ^{especialistas} permanentes, para atendimento
das necessidades temporárias e de excepcional
interesse público, sendo para exercer suas
funções: dois (2) no posto 24 horas do
Parque Viaçanha, 2 (dois) no posto 24 horas do
Parque Viaçanha, 1 e 1 no posto de Saúde do
Cassino." 1 e 1 no posto de Saúde do
Cassino.

DATA

Visto

Doa Loya







Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Assunto :

PARECER


PROCESSO Nº

76 179/2000

Esta Comissão, após apreciar o projeto de Lei, constante do Processo acima mencionado, declara tratar-se de matéria CONSTITUCIONAL.

Este o parecer desta Comissão, que o submete à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, 22 de dezembro de 2000



Presidente



Vice-Presidente

Secretário



Membro



Membro

ATA Nº 7004

PROCESSO Nº 76.179

Câmara Substituição

VOTAÇÃO NOMINAL

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	DANUBIO SOARES	—		
2	PEDRO ERNESTO ENDERLE	—		
3	LUIZ CARLOS ESPERON	✓		
4	PAULO RENATO MATTOS GOMES	✓		
5	SURAMA SANTOS	✓		
6	ADINELSON TROCA	—		
7	CIRO CARDOSO LOPES	✓		
8	DANTE LAZZARINI	—		
9	DACILA SANTOS DE SOUZA	✓		
10	JAIR RIZZO FERREIRA	✓		
11	JUAREZ MONTEIRO MOLINARI	—		
12	JULIO CESAR JORGE MARTINS	✓		
13	JURANDY DOS SANTOS	—		
14	LUIZ ALBERTO MODERNELL	✓		
15	MARIA DE LOURDES LOUSE	✓		
16	ONEDIR DIAS LILJA	✓		
17	PAULO ROBERTO MACHADO DOS SANTOS	—		
18	PEDRO RODRIGUES MACHADO	—		
19	RAMONA PEREIRA	✓		
20	SÉRGIO SATT	✓		
21	WILSON BATISTA DUARTE DA SILVA	✓		
	RESULTADO: aprovada	13		

DATA: 22.12.2000

SECRETÁRIO



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal do Rio Grande

Of. n.º 1.598/2000
Processo n.º 76.179

Rio Grande, 22 de dezembro de 2000.

Senhor Prefeito,

Apraz-nos cumprimentá-lo, oportunidade que, encaminhamos a Vossa Excelência, Projeto de Lei em anexo, aprovado em sessão realizada no dia de hoje, para sua devida apreciação.

Na oportunidade, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ver. Danúbio Soares
Presidente

ANEXO: “Autoriza o Executivo Municipal a contratar por prazo determinado, 10(dez) médicos plantonistas, para atendimento das necessidades temporárias e de excepcional interesse público, sendo para exercerem suas atividades: 02(dois) no Posto 24 horas do Parque Marinha; 02 (dois) no Posto 24 horas do Profilurb I e 06 (seis) no Posto de Saúde do Cassino.”

Exmo. Sr.
Delamar Corrêa Mirapalheta
Prefeito Municipal
Nesta

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal do Rio Grande

PROJETO DE LEI

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, 10 (DEZ) MÉDICOS PLANTONISTAS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, SENDO PARA EXERCEREM SUAS ATIVIDADES: 02(DOIS) NO POSTO 24 HORAS DO PARQUE MARINHA; 02(DOIS) NO POSTO 24 HORAS DO PROFILURB I E 06 (SEIS) NO POSTO DE SAÚDE DO CASSINO.”

Artigo 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar 10 (dez) médicos plantonistas, para o atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, sendo para exercerem suas atividades: 2 (dois) para o Posto 24 horas do Parque Marinha; 2 (dois) no Posto 24 horas no Bairro Profilurb I e 06(seis) no Posto de Saúde do Cassino.

Artigo 2º- Os contratos serão por tempo determinado de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua assinatura, dispensado o concurso público na forma da Constituição Federal, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Artigo 3º- As contratações e rescisões serão executadas pela Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 4º - Caso, no decorrer do período houver rescisão contratual, fica o Executivo Municipal autorizado a nova contratação pelo remanescente do tempo antes fixado.

/ Artigo 5º- As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 6º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!





Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal do Rio Grande

PROJETO DE LEI

“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, 10 (DEZ) MÉDICOS PLANTONISTAS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, SENDO PARA EXERCEREM SUAS ATIVIDADES: 02(DOIS) NO POSTO 24 HORAS DO PARQUE MARINHA; 02(DOIS) NO POSTO 24 HORAS DO PROFILURB I E 06 (SEIS) NO POSTO DE SAÚDE DO CASSINO.”

Artigo 1º- Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar 10 (dez) médicos plantonistas, para o atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, sendo para exercerem suas atividades: 2 (dois) para o Posto 24 horas do Parque Marinha; 2 (dois) no Posto 24 horas no Bairro Profilurb I e 06(seis) no Posto de Saúde do Cassino.

Artigo 2º- Os contratos serão por tempo determinado de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua assinatura, dispensado o concurso público na forma da Constituição Federal, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Artigo 3º- As contratações e rescisões serão executadas pela Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 4º - Caso, no decorrer do período houver rescisão contratual, fica o Executivo Municipal autorizado a nova contratação pelo remanescente do tempo antes fixado.

/ Artigo 5º- As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Artigo 6º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!



VOTAÇÃO NOMINAL

Nº de ordem	NOME DOS VEREADORES	Favorável	Contra	Abstenção
1	DANÚBIO SOARES	—		
2	PEDRO ERNESTO ENDERLE	—		
3	LUIZ CARLOS ESPERON	✓		
4	PAULO RENATO MATTOS GOMES	✓		
5	SURAMA SANTOS	✓		
6	ADINELSON TROCA	—		
7	CIRO CARDOSO LOPES	✓		
8	DANTE LAZZARINI	—		
9	DACILA SANTOS DE SOUZA	✓		
10	JAIR RIZZO FERREIRA	✓		
11	JUAREZ MONTEIRO MOLINARI	—		
12	JULIO CESAR JORGE MARTINS	✓		
13	JURANDY DOS SANTOS	—		
14	LUIZ ALBERTO MODERNELL	✓		
15	MARIA DE LOURDES LOUSE	✓		
16	ONEDIR DIAS LILJA	✓		
17	PAULO ROBERTO MACHADO DOS SANTOS	—		
18	PEDRO RODRIGUES MACHADO	—		
19	RAMONA PEREIRA	✓		
20	SÉRGIO SATT	✓		
21	WILSON BATISTA DUARTE DA SILVA	✓		
	RESULTADO:	13		

DATA:

22.12.2006

SECRETÁRIO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.475, de 27 de dezembro de 2000.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, 10 (DEZ) MÉDICOS PLANTONISTAS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, SENDO PARA EXERCEREM SUAS ATIVIDADES : 02 (DOIS) NO POSTO 24 HORAS DO PARQUE MARINHA; 02 (DOIS) NO POSTO 24 HORAS DO PROFILURB I E 06 (SEIS) NO POSTO DE SAÚDE DO CASSINO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Artigo 51, Inciso III,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

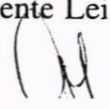
Artigo 1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar 10 (dez) médicos palntonistas, para o atendimento das necessidades temporárias de excepcional interesse público, sendo para exercerem suas atividades: 02 (dois) para o Posto 24 horas do Parque Marinha; 02 (dois) no Posto 24 horas no Bairro Profilurb I e 06 (seis) no Posto de Saúde do Cassino.

Artigo 2º – Os contratos serão por tempo determinado de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua assinatura, dispensado o concurso público na forma da Constituição Federal, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Artigo 3º – As contratações e rescisões serão executadas pela Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 4º – Caso, no decorrer do período houver rescisão contratual, fica o Executivo Municipal autorizado a nova contratação, pelo remanescente do tempo antes fixado.

Artigo 5º – As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

Artigo 6º – Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 27 de dezembro de 2000.


DELAMAR CORRÊA MIRAPALHETA
Prefeito Municipal

cc: SMF/SMCP/UPE/SMA/SMS/PJ/CM/Publicação